



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000652-24.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Tereza Conceição Turssi Destro**  
 Requerido: **Itaú Unibanco S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

**TEREZA CONCEIÇÃO TURSSI DESTRO**, ajuizou a presente ação em face de **ITAÚ UNIBANCO S/A**, alegando, em síntese, que: a) foi acionada judicialmente em uma ação de execução por quantia certa contra devedor solvente proposta pela ré em 24.08.2010; b) na ação referida, ela com outros réus foram condenados a pagar uma dívida no importe de R\$ 181.300,05, pela cédula de crédito bancário, confissão de dívida garantida por devedor solidário, sendo que no contrato a autora figurava como uma das avalistas da empresa afiançada, Ibatec Espumas Técnicas Ltda.; c) consta que no contrato firmado entre o réu e a empresa Ibatec Espumas Técnicas Ltda, havia um instrumento contratual assinado pela ré e seus funcionários em que se incluía a autora como uma de suas avalistas; d) tomou conhecimento de que tal fato estava ocorrendo quando teve suas contas em bancos diversos bloqueadas por decisão judicial; e) teve seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, pelo que ingressou com ação em que foi deferida a perícia grafotécnica e ficou reconhecida a falsidade da assinatura no instrumento contratual. Requer a procedência do


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pedido e que seja condenado o réu ao pagamento de uma importância de R\$180.000,00 a título de danos morais.

Juntou documentos (fls. 17/179).

Em contestação de fls. 185/194, o réu alegou em síntese que: a) a autora não faz provas nos autos de que tenha realmente sofrido algum tipo de abalo psicológico, portanto, trata-se de mero aborrecimento e desconforto, razão pela qual deverá ser julgada totalmente improcedente a demanda; b) não pode ser responsabilizado civilmente pois estão ausentes os requisitos do dever de indenizar, uma vez que a efetiva configuração desse dever está ligada aos pressupostos: ação ou omissão, culpa do agente, relação de causalidade, dano experimentado pela vítima; c) não existe ato ilícito praticado pelo contestante pois, para que haja ato ilícito é necessário que exista comportamento omissivo ou comissivo que viole a ordem jurídica; d) inexistência de dano moral, uma vez que essas são situações que não há um constrangimento ou abalo psicológico significativo, e sim, um mero aborrecimento; e) inexistência de nexo de causalidade, visto que encargo de provar a responsabilidade do réu no infortúnio seria da autora. Requer a improcedência do pedido.

Réplica (fls. 206/211).

**É o relatório.**

**FUNDAMENTO e DECIDO.**

Julgamento antecipado da lide, com fundamento no art. 355, I, do NCPC, uma vez que as provas constantes dos autos são suficientes ao julgamento da causa.

O documento de fls. 44/48 comprova que a autora teve bloqueada a importância de R\$ 846,79 junto ao Banco do Brasil S/A, bem



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

como a quantia de R\$ 678,74 junto ao Banco Santander S/A (fls. 46), nos autos da ação de execução de título extrajudicial que o réu moveu em face de IBATEC ESPUMAS TÉCNICAS LTDA. – ME, TEREZA CONCEIÇÃO TURSSI DESTRO e MARIA APARECIDA TURSSI SILVA (fls. 17/19).

Naqueles autos de execução requereu-se a homologação de um acordo (fls. 57/60), cuja autenticidade da assinatura foi contestada pela autora em ação de embargos de terceiro (fls. 71/86).

O laudo pericial (fls. 100/148) elaborado nos autos dos embargos de terceiro concluiu que as assinaturas exaradas nos documentos originais questionados não provieram do punho escrevente da autora (fls. 105).

A responsabilidade civil do banco réu é objetiva, sendo que só não configuraria sua responsabilidade de indenizar caso tivesse demonstrado culpa exclusiva da autora, por força do artigo 14, § 3º, II, CDC.

Em recurso repetitivo, o c. STJ já decidiu nos seguintes termos: “As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros – como, por exemplo, abertura de conta corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto, tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.” (REsp 1197929 PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, j. 24/08/2011, DJe 12/09/2011).

Há obrigação da instituição-ré quanto ao dever de indenizar a autora pelos danos morais causados, pois não se limitaram a um mero aborrecimento, já que teve sua assinatura forjada, foi demandada em ação de execução e saldos bancários bloqueados. Trata-se do “*damnum in re ipsa*”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Resta fixar o valor da indenização por danos morais.

A indenização é medida pela extensão do dano, com fulcro no artigo 944 do CC, devendo ser fixada com moderação, considerando o ânimo de ofender, o risco criado, as repercussões da ofensa, evitando-se enriquecimento sem causa.

Ademais, inexistente uma regra geral legal que trate a indenização do dano moral como pena, seu cálculo haverá de se fazer apenas dentro dos parâmetros razoáveis da dor sofrida e da conduta do agente (Humberto Theodoro Júnior, in Comentários ao Novo Código Civil, vol. III, Tomo II, 4ª ed., p.82 e 85).

Considerando esses aspectos, entendo que o quantum a título de indenização pelos danos morais deve ser fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), uma vez condizente com os valores envolvidos na demanda e com a dimensão do dano.

Pelo exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido da autora e condeno o réu ao pagamento de indenização em favor da autora, a título de danos morais, no valor de R\$ 10.000,00, com atualização monetária desde a publicação da sentença e os juros de mora desde o evento danoso, nos termos da fundamentação, considerando, portanto, a suposta assinatura do instrumento contratual.

Sucumbente, condeno o réu a arcar com as custas, despesas processuais e com honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da condenação.

Publique-se. Intimem-se.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 03 de abril de 2018.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**